

NÚMEROS QUE AINDA NÃO BATEM

Pesquisas nacionais e internacionais mostram que a educação brasileira tem evoluído nos últimos anos, tal como o acesso ao ensino, mas ainda há muito para ser feito, principalmente no quesito qualidade



Os números da educação básica brasileira surpreendem. O total de jovens e crianças que está hoje nas salas de aula é maior do que a população de qualquer um dos países da América Latina. São 52.580.482 alunos, desde a creche até o ensino médio, em 197 mil escolas. A Finlândia, que costuma ser citada como referência em estudos e avaliações internacionais, tem um sistema de ensino 50 vezes menor do que o brasileiro.

Se na quantidade as estatísticas impressionam, quando o assunto é qualidade os resultados chamam atenção pelo baixo desempenho. A taxa de analfabetismo no Brasil é a maior da América Latina: 9,7%, contra 1,5% no Chile e 2,2% no Uruguai. Em avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), os estudantes brasileiros costumam ter notas inferiores às de alunos da maioria dos países. 'A partir do momento em que ingressamos no PISA, tivemos

uma noção melhor de como andava a qualidade da educação no Brasil. E os números foram bastante alarmantes, uma vez que ficamos nas últimas colocações em todas as edições recentes. Isso significava que havia uma necessidade urgente de melhorar, até então as pessoas achavam que a educação era boa", aponta Naércio Menezes Filho, professor do Centro de Políticas Públicas do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

"Educadores brasileiros gastam 70% do tempo das aulas com ensino e aprendizagem. O restante é usado para minimizar a indisciplina dos alunos e atividades administrativas"

Em 2006, última edição da prova, estudantes de 57 países foram avaliados em Matemática. O Brasil ficou em 54º lugar, à frente apenas da Tunísia, do Catar e do Quirziquistão. O desempenho em leitura também não foi bom: entre os 56 países avaliados, os alunos brasileiros conseguiram a 49ª posição. Em Ciências, ficou em 52º lugar entre os 57. O Brasil participa do Pisa desde o ano 2000 e os resultados referentes a 2009 estão previstos para dezembro (até o fechamento desta edição

da *Profissão Mestre*, os dados ainda não tinham sido revelados).

A diretora-executiva do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, explica que esse desempenho ruim tem relação com os problemas de fluxo e aprendizado dos estudantes brasileiros, já que o PISA avalia alunos de 15 anos em conteúdos do ensino médio. "Quando você faz esse corte etário, no Brasil, você tem meninos que não estão no final do ensino médio, mas no fundamental ainda. Nos países em que a repetência é menor e o fluxo melhor é que o PISA avalia de fato o que o estudante aprendeu no ensino médio", explica.

O Todos Pela Educação acompanha cinco metas para melhoria da educação brasileira, uma delas é que todo o aluno tenha o aprendizado adequado para cada série. Os números mostram que menos de 30% dos alunos do 5º ano do ensino fundamental aprendeu o que deveria para essa etapa, tanto em Português como em Matemática. Entre os estudantes do último ano do fundamental, a situação é ainda pior: apenas 20,5% e 14,3% têm o aprendizado adequado em Português e Matemática, respectivamente. No ensino médio, os percentuais também são baixos, sendo menores do que 10% em Matemática.

Diante desse quadro, não são uma surpresa os resultados ruins nos exames internacionais. "O direito da criança e do jovem é de estar na escola, mas também de aprender. Ele precisa ter sido alfabetizado até os 8 anos para aprender o que precisa em cada série", alerta Priscila. Apesar dos números, a diretora-executiva acredita que os resultados do Pisa em 2009 podem ser melhores. "A expectativa é essa. Pelas informações oficiais que já ouvimos, o Brasil melhorou", adianta.

Na avaliação dela, as políticas educacionais dos últimos 16 anos permitiram ao País dar passos importantes na melhoria da educação, mas agora é preciso "ganhar

mais velocidade" e não retroceder em algumas áreas, como a avaliação. "Em um curto tempo, o Brasil avançou tremendamente nas avaliações. Agora é preciso fazer com que elas deem um retorno para a escola, que elas entendam aqueles números para fazer o que for possível para avançar. Com expectativas de aprendizagem para cada série, todo mundo pode saber qual é o seu direito", defende.

De olho nos vizinhos

Se é injusto comparar o desempenho de alunos brasileiros com o de países europeus, como a Finlândia ou a Alemanha, os números da América Latina também não colocam o Brasil no topo. O País tem o maior sistema de ensino da região. Se já conseguiu incluir na escola os alunos que estão na faixa etária de escolaridade obrigatória (6 a 14 anos), ainda falta cuidar melhor das duas pontas: a pré-escola e o ensino médio.

A taxa de abandono do ensino médio dos jovens brasileiros é a maior entre os países do Mercosul: 10%. Nessa mesma etapa, Chile, Venezuela e Paraguai têm índices inferiores a 3%. Argentina e Uruguai também apresentam altos índices de evasão, em torno de 7%. Já no ensino fundamental, os percentuais são mais parecidos, variando entre 1% e 3%. Ainda assim, é no Brasil que os estudantes mais abandonam a escola nessa etapa: 3,2%. Os dados são de 2007 e foram divulgados pela Síntese dos Indicadores Sociais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo também analisa as taxas de reprovação, que no ensino médio são mais altas no Uruguai (20%) e na Argentina (18,8%). No Brasil, o índice de reprovação nessa etapa é de 13%, contra 6,3% no Chile, que tem o menor percentual. No ensino fundamental, são as crianças do Brasil que mais reprovam: 11%. "É claro que não somos o pior país da América Latina em educação, mas em termos de qualidade o nosso desempenho não é bom. Quem tem a melhor qualidade de educação é Cuba", avalia Naércio.

Na opinião de Priscila, a comparação com países da mesma região, com culturas, sistemas políticos e história semelhantes, permitiria que o Brasil aproveitasse algumas experiências que deram

Taxas de abandono no Mercosul – 2007 (em porcentagem)

País	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Argentina	1,30	7,00
Brasil	3,20	10
Chile	1,30	2,90
Paraguai	1,90	2,30
Uruguai	0,30	6,80
Venezuela	2,30	1

Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais/IBGE- 2009

certo nos outros sistemas de ensino latino-americanos. Um deles é o Chile. "É impossível seguir receitas, mas o Chile tem bons exemplos, apesar de ter uma população bem menor. Ele teve um crescimento muito maior em termos de aprendizagem do que o Brasil. Chama a atenção uma política já antiga que eles têm que é o foco nos piores. A cada ano, eles investem tremendamente nas 10% piores escolas, a partir do desempenho nas avaliações. No ano seguinte, essas sobem e outras vão para o final do ranking", explica Priscila. A ajuda não é só financeira, mas também técnica e de formação de professores. "Para diminuir as desigualdades, você tem que apoiar os que estão em situação mais vulnerável. No Chile, a educação é primordialmente uma política compensatória", avalia.

Para o coordenador de Educação da Unesco no Brasil, Paolo Fontani, os esforços que o Brasil fez nos últimos anos deram resultados bastante positivos. Entre eles, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o próprio Bolsa Família, que aumentou a participação de crianças e jovens na escola. "O problema agora não é tanto de acesso, mas de resultados. O importante é que o Brasil fez um esforço muito grande no sentido de implementar políticas públicas que dão a direção certa para o desenvolvimento de uma educação de oportunidades", compara.

Investimento

Outro comparativo importante são os números sobre investimento. Uma das principais medidas para fazer essa avaliação é o quanto um país investe em educação em comparação ao seu



Priscila Cruz, diretora-executiva do Movimento Todos Pela Educação: "Nos países em que a repetência é menor e o fluxo melhor é que o PISA avalia de fato o que o estudante aprendeu no ensino médio"



Paolo Fontani, coordenador de Educação da Unesco no Brasil: "O problema agora não é tanto de acesso, mas de resultados"

Produto Interno Bruto (PIB). Os dados mais recentes do Ministério da Educação (MEC), de 2007, mostram que o gasto público na área é de cerca de 4,8%. A expectativa é que chegue a 5% em 2010, até que se atinja 6%, percentual que é re-

comendado pela Unesco. Esse é o patamar de investimento em países com bons resultados em avaliações internacionais, entre eles os que fazem parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O relatório *Education at a Glance*, que é lançado anualmente pela organização, apontou que, entre 2000 e 2007, o Brasil foi um dos países que mais aumentou seus investimentos na área: 66%, considerando todos os níveis. Percentual bem acima da média dos países da OCDE, que foi de 26%. Mas Fontani chama a atenção para um detalhe: há grande discrepância entre os valores que são gastos por ano com cada aluno.

Na educação primária, em 2007, um aluno dos países do OCDE custou, em média, US\$ 6.741 - três vezes mais do que foi investido em um aluno brasileiro (US\$ 1.862). Na educação secundária, foram US\$ 8.267 por aluno, contra US\$ 1.750 no Brasil. Para Naércio Menezes Filho, o problema não é só de quantidade, mas de distribuição. "Um gasto de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil por ano no ensino fundamental é pouco, se você pensar que em escolas privadas uma mensalidade chega a mais de R\$ 1 mil. Mas tem outra questão: o governo gasta muito com o ensino superior, sendo que muitos alunos de universidades públicas teriam condições de pagar uma faculdade particular. O gasto como um todo não é tão baixo, mas você tem contradições", avalia.

Dados do MEC mostram que, em 2008, o investimento por aluno do ensino superior foi de R\$ 14.763 ao ano: 5,6 vezes maior do que é gasto com um estudante da educação básica. A boa notícia é que esse desequilíbrio está diminuindo, já que em 2000 a relação era de 11 para 1.

Quanto vale o professor

O valor que cada país dá aos seus professores é bastante variado. O relatório

Education at a Glance aponta que os salários dos professores no mundo aumentaram entre 1996 e 2008, mas ainda assim eles recebem menos do que outros indivíduos com habilitação semelhante na maioria dos países. A remuneração de educadores mais experientes, com pelo menos 15 anos de sala de aula, pode variar de US\$ 16 mil ao ano, na Hungria, até US\$ 98 mil, em Luxemburgo. O estudo não traz informações sobre o Brasil. Mas os dados do MEC mostram que, em 2008, a média salarial do professor no Brasil foi de R\$ 1.527 por mês.

As condições de trabalho em sala de aula também são bem diferentes aqui em comparação aos países da OCDE. O tamanho médio das turmas no ensino fundamental é de 21 alunos, apesar de haver grande variação. No Brasil, segundo o relatório, são aproximadamente 25 alunos por sala na mesma etapa, podendo chegar a 30 no ensino médio. Mas o relatório aponta que essa média mundial vem diminuindo nos últimos anos, bem como a relação aluno/professor.

No ensino fundamental, a média de estudantes por docente entre os países da OCDE é de 16, mas com grande variação. Enquanto China e Coreia têm, em média, 24 alunos por professor, na Polônia, Hungria, Itália e Noruega, a média é de 11. O Brasil está entre os países com mais desequilíbrio nessa relação: são 25 alunos por professor.

Diante desses dados, não é estranho que sejam também os educadores brasileiros que gastam menos tempo das aulas com ensino e aprendizagem: 70% do tempo. O restante é perdido com ações para minimizar a indisciplina dos alunos e atividades administrativas. A Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Tallis), também da OCDE, aponta que 50% dos docentes dos países da OCDE gastam mais de 80% do tempo com atividades de ensino - situação melhor que a do Brasil.

Para a diretora-executiva do Movimento Todos Pela Educação, o importante é que toda a sociedade se conscientize do direito à aprendizagem. Ela acredita que esse movimento é cada vez maior. "Ainda temos a fazer um bom trabalho com as famílias mais pobres, porque na vida tudo é relativo. Geralmente, o pai não passou pela escola ou frequentou e rapidamente largou. Então, para essas famílias, ter o filho na escola com merenda, uniforme, transporte e computador significa que a educação está ótima. Esse pensamento é um vilão. Precisamos sempre valorizar a escola pública, mas lembrar que ela pode melhorar muito mais", defende Priscila. ■

Metas para 2021

Em setembro, os ministros da Educação dos países ibero-americanos definiram uma agenda comum para o desenvolvimento educacional na região. O documento *Metas educativas 2021: a educação que queremos para a geração do bicentenário* aponta uma série de compromissos que esses países devem atingir até o início da próxima década. Confira os principais:

- Aumentar a participação dos diferentes setores da sociedade nos projetos educativos: família, universidades, instituições públicas e privadas;
- Garantir o acesso de todas as crianças à escola com programas de apoio que favoreçam a permanência;
- Apoiar as minorias étnicas, minorias indígenas e populações de áreas rurais para que tenham chances iguais de sucesso educacional;
- Aumentar a oferta de ensino para crianças de 0 a 6 anos;
- Aumentar o número de jovens que se formam no ensino superior;
- Mais escolas de tempo integral no ensino fundamental;
- Melhorar a formação inicial dos professores e o desenvolvimento da carreira docente;
- Aumentar os investimentos de cada país em educação para garantir o cumprimento das metas.

Fonte: *Metas Educativas 2021: La educación que queremos para la generación de los bicentenarios* - OCDE

Investimento por aluno (em US\$)

	Brasil	Média dos Países da OCDE*
Educação primária	1.862	6.741
Educação secundária	1.750	8.267

Fonte: *Education at a Glance/OCDE -- 2010*
*Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)